

Visto
20/06/2022
Ricardo Serrão Santos
Ministro do Mar



Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Relatório de Execução Anual 2021

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) da Estrutura de Missão para Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) foi finalizado a 29 de maio de 2020, tendo sido aprovado pela Responsável EMEPC a 5 de Junho do mesmo ano. Este Plano prevê a elaboração de um Relatório Anual que, depois de aprovado, deverá ser remetido aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

O ano de 2021 continuou a ser marcado pelas circunstâncias decorrentes da pandemia COVID-2019. A evolução desta pandemia teve diversas consequências para a EMEPC, nomeadamente:

- O teletrabalho, parcial ou total, foi adotado periodicamente de forma a garantir as normas de segurança sanitária e o cumprimento da legislação aplicável;
- A interação com a Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPC) foi suspensa, tendo-se apenas registado troca de correspondência por iniciativa da EMEPC;
- A campanha oceanográfica prevista para 2020, em colaboração com o Instituto Geológico e Mineiro de Espanha, foi realizada entre julho e agosto de 2021. No entanto, o percurso inicialmente previsto foi encurtado;
- A maioria das deslocações ao estrangeiro foram adiadas ou anuladas;
- Outras atividades presenciais, como visitas de escolas e conferências sobre o projeto de extensão, foram maioritariamente realizadas *online*.

Recursos Humanos

O quadro apresentado no PGRIC não foi alterado ao longo de 2021. Registou-se apenas a saída de uma Técnica Superior para a Direção Geral da Política do Mar (DGPM) e a sua substituição, também por uma Técnica Superior, originária do IPMA, ambas através da figura da mobilidade.

Orçamento de Funcionamento (2021)

Orçamento de funcionamento: 2.326.513 EUR
Despesas com pessoal: 1.255.269 EUR
Aquisição de bens e serviços: 436.740 EUR
Outras despesas: 104.070 EUR
Despesas de capital: 530.434 EUR

Identificação dos Potenciais Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

1. Gestão de Situações de Risco

Não foi detetada ou reportada nenhuma situação de risco e/ou infração.

2. Medidas de Prevenção e Correção

Todos os trabalhadores da EMEPC foram informados e sensibilizados para a existência deste Plano, nomeadamente para os comportamentos a adotar em situações de risco. O PGRCIC foi, igualmente, disponibilizado no sítio internet da EMEPC no separador dos "Instrumentos de Gestão"¹.

No que diz respeito às áreas identificadas como sendo suscetíveis de maiores riscos de corrupção importa salientar que as mesmas, ainda antes da adoção do PGRCIC, já eram alvo de um escrutínio rigoroso, não só através do estrito cumprimento das normas legais vigentes, como através de procedimentos internos que procuram reforçar o controlo das ações em causa.

Neste âmbito importa assinalar a realização, em dezembro de 2021, de uma ação de sensibilização/formação para todos os trabalhadores da EMEPC sobre "Segurança Económica e Proteção do Conhecimento", ministrada pelo Serviço de Informações de Segurança (SIS).

I. Contratação Pública

Na condução dos procedimentos de contratação pública são cumpridas todas as normas legais em vigor (nomeadamente, do Código dos Contratos Públicos) sendo, adicionalmente, implementadas diversas medidas de controlo interno que contribuem para a prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, quanto à sua formação e execução, nomeadamente:

- a) É adotado um planeamento anual em matéria de contratação pública;
- b) É exigida a fundamentação das decisões de contratar, da escolha dos procedimentos, das estimativas dos valores dos contratos e da escolha dos adjudicatários, submetidas pelos responsáveis pelos procedimentos à consideração dos Coordenadores e/ou Adjuntos, seguida de autorização superior pela Responsável, garantindo, desta forma, diversos níveis de verificação e controlo hierárquico. Nos procedimentos que carecem, nos termos da legislação em vigor, de aprovação ministerial, acresce, ainda, apreciação efetuada pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) dos Ministérios da Agricultura e do Mar, prévia ao necessário despacho ministerial;
- c) É assegurada a especialização dos recursos humanos no âmbito da elaboração e aplicação das diversas peças procedimentais, assim como para controlo de eventuais conflitos de interesses e reforço da transparência e integridade na execução dos respetivos procedimentos;
- d) A nomeação dos gestores dos contratos é efetuada com base nos conhecimentos necessários para o acompanhamento permanente da execução dos contratos e demais obrigações decorrentes da lei;
- e) É favorecido, sempre que possível, o recurso a procedimentos concorrenciais em detrimento da consulta prévia e do ajuste direto, e quanto a estes, estão

¹ <https://www.emepec.pt/instrumentos-de-gestao>



Implementados procedimentos de controlo interno para garantia do cumprimento dos limites legais à formulação de convites a fornecedores, nomeadamente pela existência de uma base de dados interna de fornecedores para controlo dos respetivos valores adjudicados;

- f) Em consequência da adoção de teletrabalho parcial ou total, no âmbito da Pandemia Covid-19, uma parte dos procedimentos são autorizados através de assinatura digital;
- g) Todos os procedimentos são publicados na página internet de contratos públicos *online*².

II. Recursos Humanos

A formalização de procedimentos nesta área é garantida por vários níveis de verificação, nomeadamente ao nível do controlo, registo e verificação de faltas e ausências. Esta verificação passa por um elemento do Secretariado, por uma Técnica Superior e pelos Coordenadores. Só após a concretização destes passos é que o processo é enviado para a Responsável pela EMEPC.

O processamento de remunerações e abonos é efetuado pelo GPP mediante a informação prestada pela EMEPC.

Tal como foi referido, registou-se a entrada de uma Técnica Superior em regime de mobilidade.

III. Tesouraria e Contabilidade

O acesso ao Fundo de Maneio é garantido por um elemento do Secretariado e por uma Técnica Superior. Todos os gastos são autorizados pela Responsável EMEPC após pedido, formalizado por escrito, pelos Adjuntos e/ou Coordenadores. A verificação dos gastos (e respetivas faturas) é efetuada na EMEPC e, posteriormente, no GPP.

IV. Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC)

O controlo dos procedimentos e do fluxo de informação a que está sujeito o PEPC é garantido de diversas formas:

- a) O acesso aos dados do PEPC é limitado à Responsável, aos dois Adjuntos e a seis Técnicos Superiores;
- b) Os dados do PEPC encontram-se inseridos numa rede informática interna segura, sem acesso a partir do exterior. Acresce mencionar que os dados associados ao PEPC não estão classificados como confidenciais, ainda que a EMEPC mantenha-os fora do domínio público;
- c) Todas as decisões relativas ao PEPC, nomeadamente a interação escrita (troca de correspondência) com a CLPC, são analisadas e autorizadas a vários níveis, abrangendo especificamente os Técnicos referidos na alínea a), os Adjuntos, a Responsável e, finalmente, o Ministro do Mar;

² <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage>

- d) Acresce ainda que todas estas decisões são analisadas pelo Grupo de Acompanhamento do PEPC, composto por entidades independentes e por peritos nas áreas abrangidas por este projeto;
- e) As decisões são sempre transmitidas via Ministério do Mar, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, o que acrescenta um outro nível de verificação informal da decisão.

V. Comunicação e Imagem

A EMEPC cede, gratuitamente, dados, imagens e vídeos para outras entidades e pessoas. A cedência destes dados, imagens e vídeos está sujeita a um procedimento específico que passa pelo preenchimento de um formulário próprio pela entidade ou pessoa requisitantes. A autorização é efetuada pelos Adjuntos e, posteriormente, pela Responsável.

Este procedimento procura também garantir que os dados/imagens/vídeos não sejam indevidamente utilizados para outros fins.

EMEPC, 17 de janeiro de 2022



Pedro Madureira
Adjunto EMEPC



Nuno Paixão
Adjunto EMEPC